

Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e desde que haja cabimento nas verbas afectas ao respectivo Núcleo ou Centro de Investigação, designadamente, as dotações do despacho reitoral de atribuição de verbas, bem como de receitas próprias no âmbito de PSEC, PSET e I&D, enquadradas no respectivo Centro;

2 — As presentes delegações de competências podem ser subdelegadas nos Vice-Presidentes da UOEI nos termos previstos no n.º 3 do artigo 81.º dos Estatutos da Universidade do Minho e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, sem possibilidade de qualquer outra subdelegação.

3 — As competências referidas em b), h) e i), bem como na alínea d), desde que haja cabimento nas verbas afectas ao respectivo Centro de Investigação, podem ser subdelegadas nos directores dos Centros de Investigação ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, sem possibilidade de qualquer outra subdelegação.

4 — As presentes delegações de competências produzem efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados nas matérias ora delegadas.

5 — Com a publicação da presente deliberação, é revogada a deliberação do Conselho de Gestão n.º 06/2009, de 27 de Outubro de 2009.

1 de Setembro de 2011. — O Presidente do Conselho de Gestão, *António M. Cunha*.

205303129

Despacho n.º 15031/2011

Considerando que o Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade do Minho (RAD-UM), aprovado através do Despacho RT-58/2010, de 18 de Maio, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 18 de Junho de 2010, prevê a elaboração de regulamentos específicos por cada unidade orgânica de ensino e investigação (RAD-UOEI);

Considerando que o processo de elaboração e homologação dos RAD-UOEI já está praticamente concluído, podendo as unidades orgânicas de ensino e investigação iniciar a avaliação do desempenho dos seus docentes;

Considerando que a avaliação de desempenho deve reger-se, entre outros, pelo princípio da transparência, que impõe a divulgação atempada dos parâmetros e instrumentos, bem como da correspondente ponderação, a aplicar nos respectivos processos de avaliação do desempenho dos docentes, tal como determinado na alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º do RAD-UM;

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 37.º dos Estatutos da Universidade, aprovados por Despacho Normativo n.º 61/2008, de 14 de Novembro de 2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008, determino que:

a) O primeiro triénio de avaliação terá início a 1 de Janeiro de 2012, correspondendo ao período 2012-2014;

b) A avaliação do desempenho relativa ao corrente ano de 2011 será realizada por ponderação curricular.

Consequentemente, aprovo as alterações ao n.º 2 do artigo 25.º e aos n.ºs 1, 3, 4 e 6 do artigo 26.º do RAD-UM, que passam a ter a redacção constante do Anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante, devendo os RAD-UOEI ser aplicados em conformidade.

As alterações ao RAD-UM ora determinadas serão objecto de publicação no *Diário da República*.

20 de Outubro de 2011. — O Reitor, *António M. Cunha*.

Alteração ao Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade do Minho (RAD-UM)

Os artigos 25.º e 26.º do RAD-UM passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 25.º

Avaliações dos anos de 2008 a 2011

- 1 —
- 2 — É ainda realizada por ponderação curricular a avaliação do desempenho relativa aos anos de 2010 e 2011.
- 3 —
- 4 —

Artigo 26.º

Efeitos das avaliações dos anos de 2004 a 2011

1 — Os pontos atribuídos nas avaliações dos anos de 2004 a 2011 têm as consequências previstas no capítulo VI, com respeito pelo disposto nos números seguintes.

2 —

3 — As alterações que ocorram nos termos do número anterior produzem efeitos às datas de 1 de Janeiro de 2008, 1 de Janeiro de 2009, 1 de Janeiro de 2010, 1 de Janeiro de 2011 ou 1 de Janeiro de 2012, consoante a obtenção dos dez pontos ocorra nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 ou 2011, respectivamente.

4 — No caso dos pontos obtidos pelo docente nas avaliações de 2004 a 2011 não produzirem alterações no posicionamento remuneratório, os mesmos são considerados para o total acumulado futuro.

5 —

6 — No caso de o docente ter obtido no período de 2008 a 2011 uma alteração no posicionamento remuneratório, apenas são contados para o total acumulado futuro os pontos correspondentes às avaliações referentes aos anos decorridos após essa alteração, sem prejuízo do disposto no n.º 12 do artigo 23.º

205303137

Reitoria

Edital n.º 1113/2011

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, Professor Catedrático e Reitor da Universidade do Minho, faz saber que, pelo prazo de trinta dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de 1 (um) posto de trabalho de Professor Auxiliar na área disciplinar de Engenharia Química e Biológica da Escola de Engenharia, desta Universidade.

O presente concurso, aberto por despacho de 24 de Outubro de 2011, do Reitor da Universidade do Minho, rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio, e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis, designadamente pelo Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores da Carreira Docente Universitária na Universidade do Minho, adiante designado por Regulamento, aprovado por despacho reitoral n.º 17945/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de Novembro de 2010.

1 — Requisitos de admissão:

1.1 — Constitui requisito de admissão ao concurso, em conformidade com o que determina o artigo 41.º-A do ECDU: ser titular do grau de doutor.

1.2 — Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de estar reconhecido em Portugal, nos termos previstos na legislação para o efeito aplicável.

1.3 — Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

2 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Minho, nos seguintes termos e condições:

2.1 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Identificação do concurso;
- b) Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e electrónico;
- c) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- d) Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- a) Dois exemplares em papel do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, e um exemplar em formato digital do referido *curriculum*;
- b) Dois exemplares dos trabalhos seleccionados pelo candidato como mais representativos, sendo um em papel e outro em formato digital; não estando disponível o formato digital, este poderá ser substituído pela entrega em papel de um número de exemplares correspondente ao número de membros do júri;